

# Subnotificação virou a palavra da moda. E o que aprendemos com ela?

Uso de registros administrativos para nortear políticas públicas depende muito da transparência sobre como são produzidas as informações sobre os casos da Covid-19



**Ludmila Ribeiro e Valéria Oliveira**  
28 de abril 2020

A subnotificação ganhou *status* com o novo coronavírus, mas é uma velha conhecida entre nós, que usamos registros administrativos como fonte de informação, e que estamos cientes de seus limites e possibilidades.

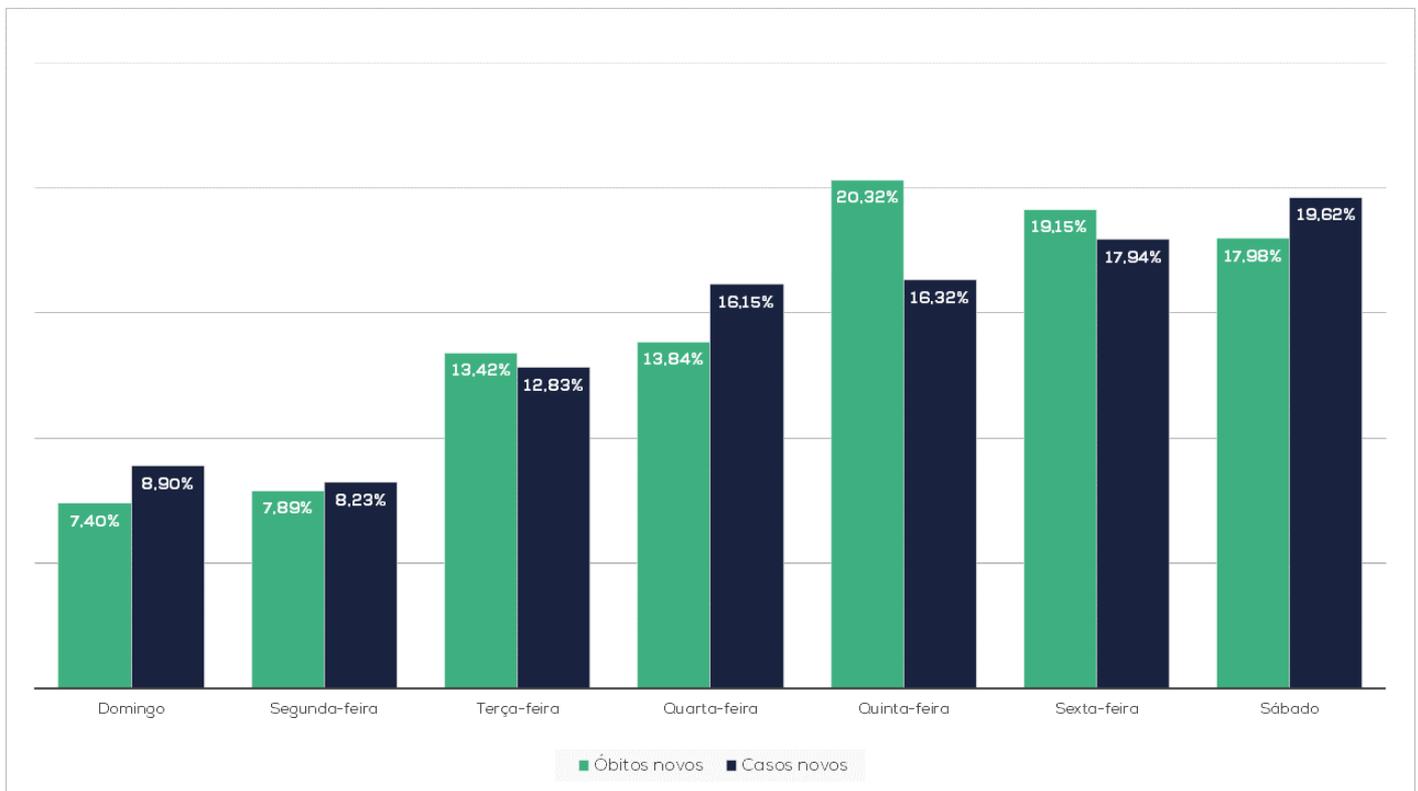
Antônio Luiz Paixão nos ensinou, na década de 1980, que os registros administrativos podiam erroneamente indicar uma relação causal entre criminalidade e pobreza [1]. Ao contrário de confirmar uma predisposição das classes populares ao crime, as estatísticas oficiais resultavam do foco das agências de controle em determinadas áreas, o que nos ajuda a entender, por exemplo, porque as prisões são repletas de jovens e negros, mesmo quando adultos e brancos também cometem crimes. Podemos acionar o seu argumento, de que o dado oficial é produto do modo de agir da administração que o coleta, para dar algumas pistas sobre o que dizem os números de Covid-19.

O Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do DATASUS do Ministério da Saúde possui uma complexa rotina de checagem das Declarações de Óbito para correção dos problemas de diagnóstico e codificação. Para que as informações fiquem disponíveis aos interessados, é preciso tempo (pelo menos um ano) e, em meio à pandemia, não é possível esperar. A opção é tomar públicos números que estão longe de refletir a realidade da doença (o que não seria um problema), mas sem destacar a sua qualidade e as fontes de subnotificação.

Começamos pela qualidade. Alguém já se perguntou porque as mortes por coronavírus diminuem nos finais de semana? Não existe, aparentemente, qualquer característica da patologia que justifique esse comportamento. Supomos, baseadas nas pesquisas sobre registro de homicídios, que os dados lançados no sistema num dia somente são divulgados no dia subsequente.

O gráfico 1 apresenta a distribuição do agregado dos 58.509 casos e dos 4.016 óbitos por COVID-19 no Brasil até a data de 25 de abril de 2020, segundo dia da semana em que foi feito o registro (o que não é o dia da morte). Como aos finais de semana não existem profissionais em quantidade suficiente para inserir todas as Declarações de Óbito no sistema, os números tendem a ser maiores às quintas, sextas e sábados, refletindo o trabalho dos dias úteis anteriores.

Gráfico 1: Percentual dos novos casos e novos óbitos por COVID-19 registrados, segundo o dia da semana do registro - Brasil, 30/01 a 25/04/2020



Fonte: Elaboração própria. Min. da Saúde -. Atualizado em 25/04, 16h. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 26 de abr. 2020.

Passemos à subnotificação. O maior problema dos dados do SIM para cálculo das taxas de homicídio é a categoria “causas indeterminadas”. Como aponta Daniel Cerqueira na Nota Técnica 1848, essas mortes são tão semelhantes às agressões computadas como homicídios, que poderiam ser reclassificadas como tal. Usar só uma categoria significa subestimar o fenômeno. Por exemplo, entre 1996 e 2010, as taxas de homicídio calculadas via SIM/DATASUS foram 18,3% inferiores ao registro oficial, já que 8.600 homicídios estavam “escondidos” na causa indeterminada [2]. Em 2019, o Atlas da Violência escrutinou as mortes por causa indeterminada entre 2007 e 2017 e constatou que, apesar da redução nacional desses registros, há tendências diferentes entre os estados. Alguns, como Rio de Janeiro, observaram grande melhora da qualidade dos dados, outros, como Minas Gerais e São Paulo, tiveram tendência oposta, com crescimento dos casos indeterminados [3].

A Universidade de Oxford [4], ao compilar dados de mortalidade por coronavírus em vários países, reforça o mantra que há muito repetimos: o número de óbitos é subestimado devido a problemas na atribuição da causa da morte. Não é preciso dizer que o Brasil tem os piores números nesta comparação. Aqui, as mortes suspeitas por Covid-19 (categoria similar às causas indeterminadas dos homicídios) superam em alguns dígitos as confirmadas [5].

Se já é difícil atribuir a causa da morte em condições normais, imagine em situações pandêmicas. Faltam reagentes para os testes, faltam médicos para ouvir as narrativas da família acerca dos sintomas do doente [6], sobra medo da declaração de que a morte se deu por COVID-19, entre outros problemas. Além das mortes suspeitas, temos também os óbitos por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), que crescem mesmo em estados e municípios onde o coronavírus não alcançou parcela substantiva da população [7]. Em resumo, como não consideramos as limitações e as fontes de subnotificação dos registros administrativos, utilizamos a informação oficial de forma enviesada (como nos advertiu Paixão nos anos 1980).

A palavra da moda é subnotificação, mas os gestores parecem não se atentar para o seu conteúdo. Ignoram que para usar os registros administrativos como base de políticas públicas é preciso ter ciência de seus problemas. Para melhorar os dados, é necessário transparência na forma como são produzidos os registros sobre casos confirmados e suspeitos de infecção e óbitos por Covid-19, além das internações por SRAG. Dados como o local de moradia, sexo e cor/raça são fundamentais para se auferir as limitações dessas informações, como já apontam os protocolos internacionais sobre a qualidade de dados [8]. Sem que isso seja feito, estará evidente que a burocracia pública nada aprendeu com os problemas dos números da violência.

[1] Paixão, Antônio Luiz. Crime, Controle Social e Consolidação Democrática: as metáforas da cidadania. In: REIS, F. W. e O'DONNELL, G. (orgs.) A Democracia no Brasil, Dilemas e Perspectivas. São Paulo: Vértice, p.168-199, 1985.

[2] [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1848.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1848.pdf)

[3] <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2019.pdf>

[4] <https://ourworldindata.org/coronavirus>

[5] <https://www.economist.com/graphic-detail/2020/04/16/tracking-covid-19-excess-deaths-across-countries>

[6] <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/04/22/pandemia-do-coronavirus-muda-veri-cacao-de-obitos-no-rn-medicos-podem-fazer-autopsia-verbal.ghtml>

[7] <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/04/20/numero-de-mortes-por-sindrome-respiratoria-aguda-grave-aumenta-265percent-em-minas.ghtml>

[8] <https://www.ccb.org.co/Sala-de-prensa/Noticias-CCB/2015/Noviembre-2015/Protocolo-de-Bogota-sobre-calidad-de-los-datos-de-homicidios-en-America-Latina-y-el-Caribe>

**Ludmila Ribeiro**

Professora Associada do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (DSO/FAFICH) e Pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**Valéria Cristina de Oliveira**

Professora Ajunta do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação (DECAE/FaE), Pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) e do Núcleo de Pesquisa em Desigualdades Escolares (NUPEDE), todos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

---

[https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iycsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q - 7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-b3esy](https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iycsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q-7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-b3esy)

